

ELEIÇÕES MUNICIPAIS E A BAIXA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA DISPUTA ELEITORAL DE 2024 EM ARAUCÁRIA-PR

Leonardo Macedo da Silva Marques¹

Resumo: O presente artigo analisa as eleições municipais de 2024 em Araucária-PR, com foco na disputa pelo Executivo e na composição da nova legislatura da Câmara Municipal. A partir de dados oficiais do IBGE, TRE-PR e TSE, além de referenciais teóricos, examina-se a história da cidade, o perfil do eleitorado, o perfil das candidaturas e como o sistema político-eleitoral reproduz desigualdades estruturais de gênero, raça e classe. Embora o pleito tenha sido marcado por uma pluralidade formal de candidaturas, observa-se a permanência de padrões tradicionais de poder, com predominância de homens brancos e ausência de mulheres eleitas. Ao refletir sobre os limites da representatividade e os mecanismos de exclusão institucionalizados, o artigo aponta para a urgência de repensar práticas políticas, institucionais e culturais que sustentam a desigualdade democrática no nível local.

Palavras-chave: Eleições Municipais; Araucária-PR; Eleitorado; Representatividade Política.

MUNICIPAL ELECTIONS AND LOW POLITICAL REPRESENTATION: AN ANALYSIS OF THE 2024 ELECTORAL DISPUTE IN ARAUCÁRIA-PR

Abstract: This article analyzes the 2024 municipal elections in Araucária (PR), focusing on the race for the Executive branch and the composition of the new City Council legislature. Drawing on official data from IBGE, TRE-PR, and TSE, as well as theoretical frameworks, the study examines the city's history, the profile of the electorate and the candidates, and how the political-electoral system reproduces structural inequalities related to gender, race, and class. Although the election featured a formal plurality of candidacies, traditional power structures persisted, marked by the predominance of white men and the absence of elected women. By reflecting on the limits of political representation and the institutional mechanisms of exclusion, the article highlights the urgent need to rethink political, institutional, and cultural practices that sustain democratic inequality at the local level.

Key-words: Municipal Elections; Araucária-PR; Electorate; Political Representation.

¹ Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: leomsmarques21@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A eleição municipal de Araucária-PR em 2024 entrou para a história como uma das mais disputadas já registradas no município. Em uma acirrada disputa eleitoral, a diferença entre os dois primeiros colocados foi de apenas 1.713 votos, o equivalente a 2,20% dos votos válidos. O escolhido para ocupar o cargo de prefeito foi o Dr. Gustavo Botogoski (PL), que recebeu 35,74% dos votos, superando por pequena margem o segundo colocado, Dr. Cláudio (União Brasil), que obteve 33,54%.

O pleito também marcou uma significativa alteração no comando do Poder Executivo municipal. Dr. Gustavo foi eleito para suceder Hissam Hussein Dehaini, que estava à frente da administração pública desde 2017, vindo de dois mandatos consecutivos. Hissam iniciou sua filiação política no partido Cidadania em 2009, permanecendo na legenda até 2023, quando deixou a sigla após mais de uma década de filiação. Ao longo de sua trajetória como chefe do Poder Executivo municipal, Hissam manteve altos índices de aprovação popular, sendo o prefeito mais bem votado da história local. Apesar da aprovação registrada, seu apoio político não foi suficiente para garantir a continuidade da situação no Executivo, sobretudo diante dos desgastes acumulados durante o segundo mandato, com destaque para as controvérsias envolvendo projetos de reforma administrativa no funcionalismo público e as polêmicas envolvendo a escolha dos possíveis nomes para suceder a sua gestão.

Ainda que não seja possível afirmar, de forma objetiva, que esses fatores foram determinantes para o resultado das urnas, observa-se que o eleitorado araucariense manifestou um desejo de ruptura com a gestão anterior. No entanto, essa mudança ficou restrita ao Executivo. No Poder Legislativo, o cenário foi de continuidade, sendo que a maior parte dos vereadores foi reeleita, preservando a composição predominante da legislatura anterior.

Nesse sentido, mais uma vez, nenhuma mulher foi eleita para a Câmara Municipal de Araucária-PR. Assim, o processo eleitoral de 2024 também evidenciou a fragilidade das candidaturas femininas e de pessoas negras, tanto em termos de visibilidade quanto de viabilidade política, o que evidencia a urgência de debates sobre inclusão, diversidade e representatividade nas estruturas partidárias locais.

Com base na análise de dados oficiais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aliada à pesquisa bibliográfica fundamentada especialmente em Meneguello *et al* (2012), Biroli (2015; 2018) e Ramos *et al* (2020), bem como na legislação municipal, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre as particularidades do município de Araucária e o cenário das eleições municipais do ano de 2024. A discussão será guiada pelos conceitos de representatividade política e interseccionalidade, buscando compreender como gênero, raça e classe atravessam a dinâmica eleitoral local. Metodologicamente, a pesquisa se baseia no cruzamento de dados secundários e na análise de documentos oficiais e literatura especializada, reconhecendo os limites e potencialidades dessa abordagem para revelar padrões de exclusão política no nível municipal. A análise dialoga com pesquisas que problematizam as desigualdades de gênero e raça na política brasileira, incorporando perspectivas interseccionais e críticas à lógica de representação.

Inicialmente, o artigo apresenta o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre representatividade política e interseccionalidade, além de descrever os procedimentos metodológicos adotados para a análise das eleições de Araucária em 2024. Em seguida, será traçado um breve panorama histórico, político e socioeconômico do município de Araucária, com base em dados oficiais e documentos institucionais, não com o intuito de esgotar a história local, mas de situar o leitor no contexto político-eleitoral que servirá de base para a análise das eleições de 2024. Posteriormente, a análise se voltará ao perfil dos candidatos que disputaram o cargo de prefeito, observando as estruturas de campanha, alianças partidárias e ideologia, com ênfase na concentração de recursos dos candidatos. Por fim, o estudo se dedicará à composição da nova Câmara Municipal, abordando os critérios de eleição e o perfil dos vereadores eleitos, com destaque para a ausência de mulheres e a baixa representatividade racial, questionando quem consegue ocupar os espaços institucionais de poder e o que ainda precisa ser transformado para que a democracia local seja, de fato, mais inclusiva.

2 Referencial Teórico e Metodologia

A compreensão das eleições municipais de Araucária em 2024 exige uma análise que vá além da simples descrição dos resultados eleitorais. É necessário refletir e compreender quem tem condições de disputar e ocupar os espaços institucionais de poder e quais barreiras estruturais limitam a diversidade entre os eleitos, sob uma abordagem interseccional. O conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw (1989), oferece uma lente crítica para compreender como diferentes sistemas de opressão de gênero, raça e classe se cruzam e reproduzem desvantagens específicas para determinados grupos sociais. Akotirene (2022) reforça esse entendimento ao situar a interseccionalidade como ferramenta teórico-política, permitindo enxergar a colisão das estruturas e a interação simultânea das avenidas identitárias.

Autoras como Flávia Biroli (2018) complementam essa leitura ao mostrar que a sub-representação de mulheres, pessoas negras e populações periféricas não decorre apenas de escolhas individuais, mas de um conjunto de fatores estruturais que se manifestam tanto na distribuição desigual de recursos partidários quanto na cultura política que naturaliza a exclusão de determinados grupos. Ao analisar Araucária, torna-se essencial observar como essas dinâmicas nacionais se reproduzem no nível local.

A leitura proposta por Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2015) demonstra que gênero, raça e classe não podem ser pensados de forma isolada, pois as desigualdades contemporâneas se organizam justamente na interdependência desses eixos. Para os autores, não se trata apenas de sobreposição de opressões, mas de um entrelaçamento estrutural que conforma hierarquias sociais. Ignorar esse cruzamento produz análises parciais e limita projetos de transformação social.

A literatura também evidencia como o sistema partidário e a distribuição de recursos acentuam essas desigualdades. Meneguello et al. (2012) apontam que as mulheres negras enfrentam uma dupla desvantagem no campo eleitoral, pois lidam ao mesmo tempo com a barreira de gênero e com a barreira racial. A pesquisa realizada pelos autores, que combinou análise de dados do IBGE, TSE e entrevistas qualitativas com candidatas e parlamentares, revela que as mulheres negras recebem menos financiamento de campanha, menor apoio partidário e lidam com estruturas culturais que tornam suas candidaturas menos viáveis, mesmo diante de políticas de cotas de gênero. Aliás, Ramos et al. (2020), ressaltam que, embora o dinheiro não seja garantia

de vitória, toda campanha política depende de recursos para estruturar comitês, comunicar propostas e alcançar o eleitorado.

Tabares, Conceição e Marques (2021) apresentam que essa exclusão não é casual, mas resultado de um legado colonial e da manutenção de privilégios amparados pelo mito da democracia racial. Para os autores, a falta de políticas efetivas de inclusão e a desigualdade na distribuição de recursos mantêm mulheres e a população negra à margem da política brasileira. Nas campanhas, candidaturas negras frequentemente optam por desracializar o discurso para evitar estigmas, mas a cor do candidato ou candidata continua a ser visível, apontam a necessidade de representação descritiva como resposta ao racismo.

Para articular esses referenciais teóricos à realidade, este artigo adota uma abordagem descritiva e analítica baseada em dados secundários. As informações eleitorais foram obtidas junto ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, enquanto os dados demográficos e socioeconômicos de Araucária foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A análise consistiu no cruzamento entre o perfil populacional do município e os resultados das eleições de 2024, observando variáveis como gênero, raça, alianças partidárias e recursos financeiros de campanha, interpretados à luz de estudos sobre representatividade política e interseccionalidade. O uso da perspectiva interseccional como lente crítica permitiu articular as dimensões de gênero, raça e classe na leitura da dinâmica eleitoral local.

Por tratar-se de um estudo baseado em dados secundários, reconhece-se como limitação a ausência de elementos qualitativos, como entrevistas com candidatos ou análise discursiva das campanhas. Ainda assim, a metodologia adotada oferece condições para revelar dinâmicas estruturais e fornecer subsídios para pesquisas futuras que aprofundem a compreensão da representatividade política no nível municipal.

3 Conhecendo as características do município de Araucária

Localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), o município de Araucária possui uma posição de destaque no cenário político e econômico no Estado do Paraná. A grande transformação econômica e urbana do município ocorreu na virada da década

de 1970. Em 1972, Araucária foi escolhida para sediar a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), um grande complexo de refino de petróleo da Petrobras, inaugurado naquele ano. Logo em seguida, em 1973, o governo estadual e municipal implantaram o Centro Industrial de Araucária (CIAR), uma ampla zona industrial planejada para abrigar empreendimentos diversos, inclusive dando suporte às operações da refinaria. Esses dois fatos marcaram um divisor de águas no desenvolvimento local. (Araucária, 2010).

Araucária experimentou crescimento econômico acelerado e profundas mudanças socioeconômicas a partir de então. A cidade, que até então tinha a maior parte da economia baseada no setor primário, passou por uma rápida industrialização. Indústrias petroquímicas, metalúrgicas, madeireiras, indústrias de fertilizantes e outras se estabeleceram na região, aproveitando os incentivos e a localização estratégica próxima a Curitiba e às rodovias. Essa rápida industrialização refletiu-se imediatamente no crescimento populacional e urbano.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui uma população de 151.666 habitantes, sendo composta por 94.668 pessoas brancas (62,4%), 48.728 pardas (32,1%), 7.698 pretas (5,1%), 439 amarelas (0,3%) e 124 indígenas (0,08%) (IBGE, 2022). Com relação a distribuição da população residente por sexo, tem-se um equilíbrio, sendo 77.452 mulheres (51,1%) e 74.214 de homens (48,1%) (IBGE, 2022). Esses números ajudam a traçar um panorama básico da composição social do município, que serve como ponto de partida para uma posterior análise dos padrões de representatividade observados nas eleições de 2024.

Esse perfil demográfico acompanha a expansão da infraestrutura econômica da cidade. Hoje, o município registra, segundo o IBGE, o maior PIB per capita do estado do Paraná, sendo de R\$170.125,52, o que tem atraído investimentos e ampliando seu papel estratégico no cenário estadual. Este indicador reflete a alta concentração de atividades de alto valor agregado na cidade, especialmente no ramo petroquímico e de refino, fazendo com que a riqueza produzida por habitante seja excepcionalmente elevada. Portanto, Araucária consolidou-se como um dos principais polos econômicos do Paraná, exercendo papel estratégico na economia da Grande Curitiba e do estado como um todo.

Já no campo eleitoral, segundo dados do TRE-PR, cerca de 110 mil eleitores estavam aptos a votar em 2024, número que insere Araucária entre os dez maiores colégios eleitorais do estado do Paraná (TRE-PR, 2024). Contudo, essa quantidade de eleitores não é suficiente para viabilizar um segundo turno nas eleições municipais, nos termos do art. 29, inciso II, da Constituição Federal. Desse modo, considerando que somente municípios com mais de 200 mil eleitores realizam segundo turno quando nenhum candidato atinge a maioria absoluta dos votos válidos, torna a campanha eleitoral em Araucária ainda mais estratégica, já que o processo decisório ocorre de forma definitiva em um único turno.

Ainda, verifica-se que o crescimento populacional registrado no último censo também motivou mudanças institucionais no âmbito do Legislativo. Por meio da Emenda à Lei Orgânica nº 23 de 20 de dezembro de 2022, a Câmara Municipal passou a contar com 13 vereadores, em substituição às 11 cadeiras anteriormente existentes. A modificação teve como base o art. 29, inciso IV, alínea 'c' da Constituição Federal, que define o número de parlamentares conforme o tamanho da população:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

(...)

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

(...)

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; (Constituição Federal, 1988).

Da análise do texto normativo, verifica-se que o município de Araucária poderia ter uma composição de 19 vereadores, em observância ao art. 29, inciso IV, alínea 'f', já que se enquadra no requisito de ter população entre 120 mil e 160 mil habitantes. Diante do crescimento populacional contínuo registrado nos últimos censos e da complexidade crescente das demandas sociais e urbanas, acredita-se que, nos próximos anos, seja necessário ampliar o número de vereadores novamente, exigindo nova Emenda à Lei Orgânica do Município de Araucária, nos termos regimentais, para contribuição ampla da população através de seus representantes eleitos.

Contudo, como será exposto ao longo deste artigo, a ampliação do número de cadeiras não garante, por si só, uma maior representatividade política ou diversidade

nos campos de gênero, raça ou ideologia. Em muitos casos, o aumento na composição do legislativo municipal apenas reproduz o mesmo padrão dominante, mantendo perfis semelhantes aos já consolidados e reforçando estruturas tradicionais de poder.

Um último detalhe importante, é que a proporção entre homens e mulheres no eleitorado do município apresentou uma leve inversão em relação à população geral. A partir da análise dos dados eleitorais, constata-se que os homens representam a maioria do eleitorado, com 56.790 eleitores (52%), enquanto as mulheres somam aproximadamente 53.442 eleitoras (48%) (TRE-PR, 2024). Diante desse panorama, a próxima seção analisará as candidaturas à prefeitura de Araucária nas eleições de 2024, considerando de que forma o legado político e as características estruturais do município influenciaram o cenário da disputa e as propostas apresentadas pelos candidatos.

4 A disputa pela chefia do poder executivo municipal em 2024

Nas eleições municipais de 2024 em Araucária, dez candidaturas foram registradas para o cargo de prefeito. Dentre os dez candidatos, nove são homens e apenas uma mulher concorreu ao cargo majoritário, o que já revela, de início, o forte desequilíbrio de gênero presente na disputa. Ainda, apenas um dos candidatos se autodeclarou como pardo. Sendo assim, a disputa apresentou um perfil social majoritariamente masculino e branco.

A eleição foi marcada por uma multiplicidade de partidos e propostas, mas a atenção central concentrou-se na disputa entre Dr. Gustavo (PL) e Dr. Cláudio (União Brasil), que se destacaram não apenas pela disputa acirrada, mas também pelo volume expressivo de recursos financeiros utilizados em campanha.

O candidato eleito, Dr. Luiz Gustavo Botogoski (22), do partido PL, representou a principal oposição ao grupo político da situação, tendo como proposta eficiência e transparência na gestão pública. A coligação composta por PL, Solidariedade e Avante forneceu-lhe uma base sólida, e o financiamento de campanha permitiu-lhe alcançar um eleitorado expressivo, tornando a disputa acirrada. Da análise de sua candidatura e das contas eleitorais, verifica-se que o candidato recebeu R\$736.844,80 de recursos de campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Destaca-se que na eleição anterior (2020), Dr. Gustavo já havia se candidatado ao cargo de prefeito pelo PSL. Diferente da última vez, o Dr.

Gustavo conseguiu se eleger para exercer a função de Chefe do Executivo Municipal, com 27.892 (35,74%) (TSE; TRE-PR, 2024).

O candidato do partido União Brasil, Dr. Cláudio Bednarczuk (44), foi apoiado pelo então prefeito Hissam Hussein Dehaini, apresentando-se como o candidato da continuidade. Com uma coligação robusta formada por União Brasil, PSD e Republicanos, Dr. Cláudio contou com significativo apoio político e financeiro, o que lhe proporcionou ampla visibilidade durante a campanha. Conforme dados fornecidos de divulgação de contas e contas eleitorais, o candidato recebeu R\$848.324,32 de recursos de campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar da volumosa quantia, o Dr. Cláudio não conseguiu se eleger e manter a situação à frente da gerência municipal, ficando com 26.179 votos (33,54%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Pelo partido do PODEMOS, Albanor José Ferreira Gomes, conhecido como Zezé (20), teve sua candidatura indeferida pela Justiça Eleitoral em 2024. Figura tradicional na política local, Zezé já ocupou o cargo de prefeito por três mandatos e, por muito tempo, foi considerado um dos nomes mais influentes do cenário político araucariense. No entanto, nas últimas eleições, sua força eleitoral demonstrou sinais de desgaste, não conseguindo emplacar sua candidatura, tendo inclusive, uma derrota significativa em uma disputa contra Hissam nos anos anteriores. Com relação aos recursos, consta que o candidato recebeu R\$248.607,00 para sua campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar de sua candidatura estar *sub judice*, Zezé recebeu 7.355 dos votos (9,42%) (TSE; TRE-PR, 2024).

A candidata do MDB, Dra. Marjorie Ferreira (15), se apresentou como uma renovação da política local, sendo a candidata mais nova e a única mulher a disputar o cargo de prefeitura nas eleições de 2024. Em um cenário amplamente masculino, sua presença conferiu um elemento de contraste relevante, ainda que isolado, frente à recorrente sub-representação feminina na política local. Da consulta das contas eleitorais, verifica-se que teve uma receita de R\$253.700,00 para sua campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar de já possuir um legado familiar na política, sendo filha do ex-prefeito Olizandro Ferreira, a Dra. Marjorie construiu sua candidatura com base em sua própria trajetória, ganhando grande destaque na corrida eleitoral, com 4.866 votos (6,24%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Representando o PSB, Fábio Alceu (40), apresentou e disponibilizou uma proposta de governo robusta em comparação com os outros candidatos. Fábio Alceu, figura já também conhecida no município, foi eleito Vereador em 2016 e sendo suplente em 2020. Contando com a coligação PDT/PSB, Fábio Alceu teve disponível o valor de R\$227.836,00 de recursos de campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar de ter sido vereador em gestões anteriores e de possuir experiência na administração pública, sua candidatura teve pouca projeção em 2024, ficando com 4.779 votos (6,12%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Rafael Dantas (25), candidato pelo Partido Renovação Democrática (PRD), apresentou-se com um discurso fortemente alinhado a pautas conservadoras e religiosas. Sua candidatura, embora sem estrutura robusta de campanha ou coligações partidárias, apostou na mobilização simbólica de viés ligado com a direita cristã. De coligação PRD/AGIR, o candidato teve R\$21.164,50 disponíveis de recurso para sua campanha. Considerando os fatores partidário e econômico, Rafael Dantas obteve um desempenho expressivo, ficando à frente de candidatos mais conhecidos no cenário local e que dispunham de estruturas partidárias e financeiras consideravelmente maiores, ficando assim com 2.488 dos votos válidos (3,19%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Samuel Almeida da Silva, mais conhecido como Samuca (13), representou o Partido dos Trabalhadores no município de Araucária. A sua coligação, era composta pelo PT, PV e PCdoB, marcando o viés de esquerda na disputa eleitoral. Samuca, havia sido Secretário de Planejamento durante a gestão Hissam, no entanto, foi exonerado pelo prefeito, havendo um debate quanto a sua saída na época, já que, muitas das propostas desenvolvidas no município passaram pela pasta do Planejamento (SMPL). Em sua candidatura, Samuca recebeu R\$164.414,29 de recursos (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar de representar o viés de esquerda, o nome de Samuca não agradou o seu próprio eleitorado, sendo que a rejeição histórica ao PT no município também não contribuiu para o desenvolvimento de sua campanha, recebendo 2.137 dos votos válidos (2,74%) (TSE; TRE-PR, 2024).

O candidato da Democracia Cristã (DC), Irineu Cantador (27), teve como marca os princípios em prol da família e do cidadão. Tendo como coligação DC e PMB, o candidato teve disponível o valor de R\$20.060,00 de recursos para sua campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Sendo outra figura conhecida no município, já ocupou o cargo de

vereador em duas oportunidades, concorrendo ainda como Deputado Estadual e Deputado Federal em anos anteriores. Apesar de uma longa carreira política e experiência, Irineu não conseguiu se destacar na corrida eleitoral, recebendo 1.444 votos (1,85%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Genildo (23), candidato pelo Cidadania, é mais uma figura conhecida no município. Genildo, por muito tempo foi o braço direito da gestão do Hissam, exercendo por muitos anos o cargo de Secretário de Governo. Aliás, o nome de Genildo foi cogitado para ser o representante sucessor do governo Hissam. No entanto, isso não aconteceu, de modo que Genildo foi exonerado já no último ano da gestão. Da consulta das contas eleitorais, verifica-se que Genildo teve disponível o valor de R\$324.500,00 de recursos recebidos (TSE; TRE-PR, 2024). Apesar da grande quantia de recursos, sendo o quarto candidato que mais recebeu verba para campanha, Genildo recebeu apenas 595 votos (0.76%) (TSE; TRE-PR, 2024).

Por fim, o último candidato, Juliano Borghetti (11), representando o partido Progressistas (PP), foi o candidato menos votado no município. Apesar de ser um candidato conhecido, sua ligação política sempre esteve voltada à cidade de Curitiba. Da análise de sua campanha, verifica-se que recebeu R\$370.500,00 de recursos para sua campanha (TSE; TRE-PR, 2024). Assim como o candidato Genildo, apesar da grande quantia recebida, Juliano Borghetti não emplacou sua campanha no município, recebendo apenas 307 votos (0,39%).

Para melhor visualização da disputa eleitoral e da distribuição de recursos de campanha, apresenta-se a seguir uma tabela que sintetiza as informações essenciais sobre os candidatos ao cargo de prefeito de Araucária nas eleições de 2024. Na tabela estão presentes os candidatos ao cargo de prefeito de Araucária nas eleições de 2024, incluindo partido, coligação, número de votos, percentual de votos válidos, recursos de campanha, gênero e raça/cor.

Tabela 1 - Resultados das candidaturas ao Executivo Municipal de Araucária em 2024

Resultados das candidaturas ao Executivo Municipal de Araucária em 2024

Ordem	Candidato	Partido	Coligação	Votos	% Votos Válidos	Recursos de Campanha (R\$)	Gênero	Raça/Cor
1°	Dr. Luiz Gustavo Botogowski	PL	PL / Solidariedade / Avante	27.892	35,74%	R\$ 736.844,80	Masculino	Branco
2°	Dr. Cláudio Bednarczuk	UNIÃO BRASIL	União Brasil / PSD / Republicanos	26.179	33,54%	R\$ 848.324,32	Masculino	Branco
3°	Albanor José Ferreira Gomes (Zezé)*	PODEMOS	PODE / PSOL / REDE	7.355	9,42%	R\$ 248.607,00	Masculino	Branco
4°	Dra. Marjorie Ferreira	MDB	MDB	4.866	6,24%	R\$ 253.700,00	Feminino	Branca
5°	Fábio Alceu	PSB	PDT / PSB	4.779	6,12%	R\$ 227.836,00	Masculino	Branco
6°	Rafael Dantas	PRD	PRD / AGIR	2.488	3,19%	R\$ 21.164,50	Masculino	Branco
7°	Samuel Almeida da Silva (Samuca)	PT	PT / PV / PCdoB	2.137	2,74%	R\$ 164.414,29	Masculino	Branco
8°	Irineu Cantador	DC	DC / PMB	1.444	1,85%	R\$ 20.060,00	Masculino	Branco
9°	Genildo	CIDADANIA	CIDADANIA / PSDB	595	0,76%	R\$ 324.500,00	Masculino	Pardo
10°	Juliano Borghetti	PP	PP	307	0,39%	R\$ 370.500,00	Masculino	Branco
* Inapto – Sub Judice								

Fonte: elaborado pelo autor com dados do TSE e TRE-PR.

A sistematização dos dados na tabela evidencia de forma direta a forte concentração de recursos em poucas candidaturas, bem como a baixa diversidade no perfil dos concorrentes ao Executivo municipal. A composição social homogênea, marcada pela predominância masculina e branca, revela os padrões de exclusão.

Essa configuração ecoa o questionamento levantado por Campos e Machado sobre a legitimidade da democracia representativa quando marcada por uma composição social tão restrita. Para os autores, ainda que baseada no voto universal, a

hegemonia de homens brancos nos espaços de poder recoloca no centro do debate a pergunta sobre quem pode falar em nome de quem e se uma representação homogênea pode de fato expressar a diversidade de uma sociedade (Campos; Machado, 2020).

Com relação aos recursos financeiros, Ramos et al. destacam que são um dos principais elementos para determinar o sucesso de uma candidatura. Ainda que o dinheiro não garanta por si só a vitória, toda campanha política depende dele para estruturar comitês, manter comunicação com o eleitorado, difundir propostas e participar de eventos. No contexto brasileiro, compreender como o financiamento é distribuído entre os candidatos é fundamental para entender o resultado das urnas (Ramos et al., 2020).

Essa dinâmica demonstra a constatação de Meneguello *et al.* de que a estrutura partidária brasileira opera de forma a reproduzir barreiras institucionais que tornam menos viáveis candidaturas de mulheres e minorias raciais (Meneguello et al., 2012). A dinâmica interna dos partidos é uma das principais fontes dessa exclusão, já que as legendas tendem a priorizar candidaturas que percebem como mais competitivas, reforçando perfis masculinos e brancos em detrimento de candidaturas femininas e racializadas (Ramos et al., 2020).

A análise das candidaturas à prefeitura de Araucária nas eleições de 2024 revela um cenário de pluralidade formal, mas de concentração real de forças. Ainda que dez nomes tenham se lançado à disputa, a corrida eleitoral foi claramente marcada por um duelo entre dois grandes blocos políticos, representados por Dr. Gustavo e Dr. Cláudio, cuja visibilidade foi impulsionada pelo acesso a maiores recursos financeiros, coligações partidárias estratégicas e apelo ideológico alinhado ao perfil tradicional do eleitorado araucariense.

As demais candidaturas, embora importantes para o debate democrático, acabaram ficando em segundo plano. Com relação a algumas tentativas de renovação ou ruptura, o que prevaleceu foi a lógica da continuidade e da polarização entre grupos já consolidados. Essa realidade se repetiu também no pleito legislativo, que será abordado na próxima seção.

5 O perfil dos vereadores e a sub-representação das mulheres e da população negra na política

Diferentemente da seção anterior, que se concentrou na análise individualizada das candidaturas à prefeitura, esta seção propõe um olhar inicial mais abrangente sobre o perfil dos candidatos ao Legislativo, com destaque para aspectos como gênero, idade e raça/cor, antes de adentrar na análise dos eleitos e do funcionamento do sistema proporcional.

Nas eleições de 2024, cerca de 230 candidaturas foram registradas para a disputa pelas 13 cadeiras da Câmara Municipal de Araucária. O número expressivo de postulantes evidencia, de um lado, o interesse da população em participar do processo político. De outro, escancara as desigualdades na efetiva competitividade eleitoral.

Dentre os 13 nomes eleitos, observam-se marcas evidentes de continuidade e baixa diversidade. A maioria dos eleitos já possui trajetória política consolidada, sendo que 7 conseguiram a reeleição, sendo eles Vagner Chefer (PSD); Pedrinho da Gazeta (PSD); Professor Valter (Solidariedade); Grilo Vilson Cordeiro (União Brasil); Celso Nicácio (PSD); Investigador Fábio Pavoni (PV); Pastor Castilhos (PL), que mantiveram sua base eleitoral e capital político. Um destaque especial para Vagner Chefer que, com 3.511, foi o vereador mais bem votado da história do município.

Entre os “novos” nomes, Olizandro Junior (MDB), Paulinho Cabelereiro (União Brasil), Leandro da Academia (Solidariedade), Fábio Pedroso (PL), Gilmar do Sindimont (PT) e Nilso Vaz Torres (PL); alguns também não representam uma real renovação, pois já são figuras conhecidas do cenário político local, tendo atuado anteriormente como vereadores, suplentes, assessores parlamentares, lideranças partidárias ou em cargos comissionados na administração pública. A entrada desses nomes mantém a lógica de reprodução interna do poder, muitas vezes amparada por relações políticas anteriores, e não necessariamente por um clamor popular por mudança ou pela ascensão de novos perfis sociais.

Do ponto de vista da representatividade racial e de gênero, o resultado das urnas demonstra a lógica de exclusão. Segundo dados do TSE e do TRE-PR, dos 230 nomes, 62% eram de candidaturas masculinas (142) e 38% de candidaturas femininas (88), revelando que a maioria das candidaturas ainda é preponderantemente masculina. Outrossim, é importante lembrar que conforme exposto anteriormente, Araucária tem uma população de 51,1% composta por mulheres e, no âmbito eleitoral, as mulheres representam 48% do eleitorado araucariense.

Apesar disso, nenhuma mulher foi eleita para a câmara de vereadores, escancarando os obstáculos estruturais enfrentados pelas candidaturas femininas. A ausência de mulheres na nova legislatura evidencia o que Biroli expõe ao falar que no Brasil, a divisão sexual do trabalho e a sub-representação feminina nos espaços de decisão mantêm as mulheres em posições assimétricas e acentuam sua exclusão institucional (Biroli, 2018)

Outro dado importante para trazer ao debate é com relação à cor/raça dos candidatos a vereadores. Segundo o TSE e TRE-PR, 149 candidatos se declararam como brancos (64,78%), 56 candidatos se declararam como pardos (24,35%), 24 se declararam como pretos (10,43%) e, apenas 1 candidato não informou sua condição racial (0,43%). De mesmo modo, o povo negro no município, (somatória de pretos e pardos), representa 37,2% da população araucariense, no entanto, conseguiram apenas duas das treze cadeiras na Câmara. Inclusive, não há informações se esses candidatos declarados como negros (pretos e pardos) realmente participam das lutas da população negra de maneira efetiva.

Ainda há pouco conhecimento sobre os mecanismos políticos e sociais que explicam a sub-representação de pessoas não brancas na política brasileira. É certo que a exclusão das esferas de poder não atinge apenas a população negra, já que as mulheres também enfrentam barreiras significativas para alcançar posições de destaque. No entanto, enquanto a sub-representação feminina tem sido amplamente estudada, a questão da população negra na política recebeu atenção muito menor no campo acadêmico. A falta de compreensão das causas desse fenômeno não apenas dificulta a inclusão do tema na agenda política e de pesquisa, como também limita a criação de estratégias eficazes para promover maior inclusão. Sem entender as origens do problema, torna-se mais difícil propor medidas capazes de mitigar a exclusão política de pessoas negras (Campos; Machado, 2015)

Tabares, Conceição e Marques apresentam que esse padrão é expressão de um legado histórico que combina hierarquias raciais com práticas partidárias excludentes. Para eles, a desigualdade racial no Legislativo brasileiro não é apenas reflexo do eleitorado, mas consequência de um sistema que distribui recursos e oportunidades de forma desigual, privilegiando candidaturas brancas e marginalizando candidatos negros, mesmo quando representam parcela significativa da população (Tabares; Conceição;

Marques, 2021). Desse modo, o fortalecimento da luta contra o racismo e a criação de mecanismos que ampliem o acesso dos negros à política estão intimamente ligados à existência de conexões entre partidos e movimentos sociais. Essas articulações são vistas como fundamentais para romper barreiras (Meneguello et al., 2012).

Portanto, mesmo representando uma boa parte da população, as mulheres e a população negra, não conseguiram ser representados de maneira proporcional na câmara de vereadores. Diante dos resultados, impõe-se uma pergunta inevitável: onde estão as mulheres na política local? Em um município com mais de 50 mil eleitoras e diversas candidaturas femininas registradas, a ausência total de mulheres na composição da nova legislatura chama a atenção e revela a persistência de barreiras históricas.

Meneguello et al. identificam como a combinação de fatores institucionais e culturais que moldam a participação política feminina no Brasil. Para as autoras, as dinâmicas partidárias, predominantemente masculinas, e as relações culturais que vinculam as mulheres à esfera privada criam obstáculos para sua inserção no espaço público e para o fortalecimento de suas candidaturas (Meneguello et al., 2012). Quando se trata de mulheres negras, essas barreiras se tornam ainda mais evidentes, pois somam-se a questão racial e a falta de redes partidárias efetivamente comprometidas com a diversidade. O estudo aponta que a sub-representação das mulheres negras no processo eleitoral resulta de uma dupla barreira, onde gênero e raça se combinam e limitam suas chances de acesso às instâncias de poder. Ainda assim, estudos ressaltam que a exclusão das mulheres negras está ligada a um déficit mais amplo de representação feminina, que afeta tanto negras quanto não-negras dentro das casas legislativas (Meneguello et al., 2012).

Nesse sentido, é importante mencionar um caso em específico. A mulher mais votada nas eleições municipais para o cargo de vereadora foi Jeane Islena Vasilewski (PDT) que, apesar de ter obtido 1.346 votos, não conquistou sequer a suplência, sendo superada por candidatos com desempenho significativamente inferior. Ainda assim, a votação do seu partido não foi suficiente para alcançar o quociente partidário ou garantir vaga nas cadeiras restantes, o que inviabilizou sua eleição mesmo diante do forte apoio popular. A segunda mulher mais votada nas eleições, também não conquistou sequer a suplência, sendo ela uma mulher negra, a candidata Meg do

Gusmão (Republicanos), com 801 votos. Das representantes femininas que conseguiram ficar na suplência, destaca-se as mais votadas, sendo a candidata Protetora Adri, uma mulher branca, do partido União Brasil, com 783 votos e, a candidata Tia Celina, mulher negra, do PT, com 553 votos.

É nesse contexto que se faz necessária uma análise baseada no conceito de interseccionalidade, desenvolvido inicialmente por estudiosas como Kimberlé Crenshaw, e amplamente adotado por pesquisadoras e movimentos sociais para explicar como diferentes marcadores sociais, gênero, raça, classe, orientação sexual, deficiência, entre outros, se sobrepõem, criando camadas de vulnerabilidade e exclusão contra as mulheres (Crenshaw, 1989). No Brasil, Carla Akotirene expõe que a interseccionalidade deve ser compreendida não apenas como um método analítico, mas como uma ferramenta política capaz de revelar as múltiplas opressões às mulheres negras no acesso às estruturas de poder. O pensamento interseccional, permite enxergar que nem toda mulher é branca, nem todo homem é negro, nem toda mulher negra é pobre, nem todas as mulheres são heterossexuais. Nesse sentido, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (Akotirene, 2022).

O gênero não pode ser entendido de forma isolada da raça e da classe social, nem tratado como elemento secundário frente a esses marcadores. No cruzamento atual entre capitalismo e patriarcado, as mulheres são constituídas como um grupo que assume trabalho cotidiano não remunerado, é direcionado a ocupações específicas, recebe salários inferiores aos dos homens nas mesmas funções e continua sub-representado na política (Biroli, 2018). A divisão sexual do trabalho se sustenta na naturalização de hierarquias de autoridade e subordinação, apresentadas como derivadas de fatores biológicos ou justificadas com base em argumentos raciais. A articulação entre gênero, raça e classe impõe restrições que moldam escolhas, distribuem de forma desigual responsabilidades e orientam para certas ocupações enquanto bloqueiam ou dificultam o acesso a outras (Biroli, 2018). A interação entre gênero, raça e classe cria uma hierarquia social em formato de pirâmide, sendo que na base estão as mulheres negras, seguidas por homens negros, depois mulheres brancas e, no topo, homens brancos. As posições superiores reúnem não apenas maiores

rendimentos, mas também acesso a ocupações valorizadas e a capitais simbólicos como respeito e influência social (Biroli; Miguel, 2015).

No campo político, essas sobreposições se traduzem em barreiras múltiplas enfrentadas por determinados grupos sociais. Se os obstáculos enfrentados pelas mulheres na política brasileira já são significativos, para candidatos e candidatas negras a dificuldade é ainda maior. Além das limitações financeiras que comprometem a viabilidade de uma campanha, esses políticos enfrentam o desafio de sensibilizar o eleitorado para propostas que enfrentam o racismo estrutural (Tabares; Conceição; Marques, 2021). Nesse sentido, ser mulher já representa um desafio relevante no ingresso à política institucional. Agora, ser mulher, negra, pobre, ou fora das estruturas partidárias tradicionais significa enfrentar um campo ainda mais hostil, estruturado para manter o poder em mãos historicamente hegemônicas.

Na eleição para o Legislativo municipal, o critério de eleição não se dá apenas pela ordem de votação nominal, mas sim a partir do quociente partidário, que considera o total de votos válidos atribuídos a cada partido, somando os votos dados diretamente à legenda e aos seus candidatos. Com base nesse total, define-se o número de cadeiras que o partido terá direito. Essa dinâmica expõe um dos grandes desafios do sistema proporcional, que, embora proporcione pluralidade partidária, ele nem sempre assegura uma representação proporcional dos segmentos sociais que compõem o corpo eleitoral. Na prática, o que se observa é a reprodução de um perfil predominante de homens, brancos, de faixa etária entre 35 e 55 anos, com forte inserção prévia em partidos tradicionais ou cargos políticos (TSE; TRE-PR, 2024).

Os resultados das eleições municipais de 2024 em Araucária demonstram que a sub-representação de mulheres e da população negra não é apenas reflexo das urnas, mas de um sistema que, desde a formação das candidaturas, reproduz exclusões. Conforme exposto por Meneguello *et al.*, parte desses obstáculos está enraizada no próprio modo de funcionamento dos partidos. Embora todos os analisados possuam órgãos internos destinados a incentivar a participação feminina, relatos apontam que essas estruturas muitas vezes operam como mecanismos meramente formais, com pouca efetividade para alterar a lógica vigente (Meneguello et al., 2012).

Além das barreiras institucionais, existem entraves subjetivos ancorados no racismo e no conservadorismo. Para as mulheres negras, um dos desafios mais

recorrentes é a dificuldade de captar recursos, especialmente junto ao setor empresarial. As entrevistas realizadas por Meneguello *et al.* mostram que a forma como as legendas definem candidaturas e conduzem as campanhas reforça o desequilíbrio estrutural, reproduzindo uma dinâmica que marginaliza essas candidaturas desde o início do processo eleitoral (Meneguello *et al.*, 2012).

Diante desse quadro, impõe-se uma reflexão crítica, já que a ampliação do número de cadeiras na Câmara Municipal, embora fundamentada no crescimento populacional, não resultou em maior diversidade política, étnica ou de gênero. A estrutura institucional se adaptou em termos quantitativos, mas não houve uma mudança qualitativa na forma de ocupação do poder legislativo local. A manutenção dos mesmos padrões de representação, eleição após eleição, demonstra que o problema da sub-representação vai além do voto, está enraizado na lógica de funcionamento de estruturas de poder na sociedade. Assim, o resultado das eleições para o Legislativo municipal de 2024 evidencia a necessidade urgente de repensar as práticas eleitorais, os incentivos partidários e os mecanismos de apoio a candidaturas diversas, sob pena de se perpetuar uma estrutura política que representa apenas parte da população.

Um caminho possível para enfrentar essas desigualdades é adotar a interseccionalidade como lente de análise e ação política. Ao reconhecer que gênero, raça e classe se combinam na produção das exclusões, essa perspectiva permite compreender de forma mais ampla as barreiras que afetam candidaturas diversas. Incorporar essa abordagem no desenho de políticas partidárias e institucionais pode ser uma alternativa para construir mecanismos de inclusão mais eficazes e promover uma representatividade que reflita, de fato, a pluralidade social do município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição municipal de Araucária em 2024, apesar de ter se consolidado como uma das mais disputadas da história do município, revelou que as estruturas tradicionais de poder seguem fortemente enraizadas na política local. A mudança no Executivo, com a vitória de um candidato de oposição, representou uma ruptura com o grupo situacionista que governava desde 2016, mas manteve a lógica de eleger homens brancos, representantes de partidos de direita e com forte aporte financeiro, o que

evidencia como recursos econômicos, redes partidárias tradicionais e determinados perfis sociais continuam determinando os rumos da eleição.

Já no Legislativo, apesar da alteração na Lei Orgânica do Município, ampliando de 11 para 13 cadeiras, a composição da nova legislatura foi marcada pela homogeneidade. A análise dos dados eleitorais mostrou que, embora o eleitorado araucariense seja composto por uma maioria de mulheres e uma parcela significativa de pessoas pretas e pardas, esses grupos seguem sub-representados no espaço institucional de poder. Todos os 13 vereadores eleitos são homens, reafirmando a ausência total de representação feminina na câmara municipal.

A ausência total de mulheres na nova legislatura e a baixa presença de candidatos negros eleitos contrastam com a composição demográfica do município e indicam que a representatividade política no Brasil é atravessada por desigualdades estruturais em que gênero, raça e classe se entrelaçam, produzindo posições assimétricas de poder e mantendo determinados grupos à margem dos espaços de decisão (Biroli, 2018).

Os resultados das urnas deixam claro que não se trata apenas da presença ou ausência de candidaturas, mas de um sistema que falha em converter votos em representatividade concreta. Como revelam os estudos de Meneguello et al., as barreiras que limitam a presença de mulheres e negros na política brasileira estão ancoradas tanto nas estruturas partidárias, que priorizam perfis masculinos e brancos como mais viáveis, quanto na dinâmica social que reforça desigualdades de gênero e raça. Mesmo quando existem órgãos internos destinados a incentivar a participação feminina, muitas dessas estruturas permanecem meramente formais, sem romper a lógica de exclusão (Meneguello et al., 2012).

Além disso, a análise do financiamento de campanha revela esse quadro. Como aponta Ramos et al., o modo como recursos são distribuídos é central para entender quem consegue viabilizar candidaturas competitivas. No Brasil, mesmo com mudanças recentes, a destinação de recursos continua a privilegiar homens brancos e desfavorecer de forma sistemática as campanhas de mulheres negras, revelando que o desequilíbrio econômico é um dos mecanismos que reproduz a desigualdade política (Ramos et al., 2020).

O que se observa, portanto, é que a sub-representação identificada nas eleições de 2024 em Araucária não é apenas local ou circunstancial, mas parte de um padrão

estrutural que atravessa o sistema político brasileiro. Dessa forma, o presente artigo buscou demonstrar que a falta de representatividade não é apenas uma consequência do modelo eleitoral vigente, mas de uma estrutura sistêmica de exclusão que se mantém por meio do financiamento desigual, da baixa visibilidade de candidaturas fora dos núcleos tradicionais e das múltiplas barreiras que recaem com ainda mais força sobre corpos atravessados por marcadores como gênero, raça e classe social.

Do ponto de vista partidário, a configuração resultante da eleição indica fragmentação moderada, com distribuição das cadeiras entre sete partidos diferentes. Contudo, essa variedade partidária não se traduz em diversidade de perspectivas políticas. As siglas mais bem representadas continuam sendo aquelas com forte estrutura organizacional e base consolidada, como o PSD, PL, União Brasil e Solidariedade, ocupando 10 das 13 cadeiras na Câmara Municipal.

Longe de trazer qualquer solução, o artigo propõe reflexões no sentido de que a representatividade exige mais do que ajustes normativos ou reformas institucionais pontuais. É necessário promover mudanças culturais, educacionais e estruturais profundas, que incentivem a formação de lideranças diversas e garantam condições materiais e simbólicas para que candidaturas de mulheres, negros, pessoas de baixa renda e outros grupos historicamente marginalizados tenham reais possibilidades de disputa e conquista de mandatos.

Ainda, é importante entender que essa transformação também precisa partir da base, ou seja, dos próprios eleitores, que devem desenvolver consciência crítica sobre si, suas condições sociais e suas lutas cotidianas e repensar o papel do voto como instrumento de transformação coletiva. É fundamental que se elejam representantes que realmente reflitam os interesses da população em sua pluralidade e não apenas repitam os mesmos rostos, os mesmos discursos e os mesmos pactos de exclusão.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Agricultura e Indústria: A memória do trabalho em Araucária**. Araucária: Prefeitura Municipal de Araucária, 2010.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Lei Orgânica do Município de Araucária-PR**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-araucaria-pr>. Acesso em 14 de maio de 2025.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de maio de 2025.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Resultados das eleições 2024. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Prestação de contas 2024. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-prestacao-contas/receitas-despesas?session=7931873189479>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

BRASIL. **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**. Eleições 2024. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/eleicoes-2024/eleicoes-2024>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.(16) , p. 121-151, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, vol. 1989, n. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 14 de maio de 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidade de Araucária**: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/araucaria/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 14 de maio de 2025

MENEGUELLO, Rachel; SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa; MANO, Maíra Kubik; SANTOS, Fernando Henrique; GORSKI, Caroline. **Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros**. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

RAMOS, Luciana de Oliveira; BARBIERI, Catarina Helena Cortada; HERSCOVICI, Aline; AFLALO, Hannah Maruci; MARDEGAN, Ivan Osório; MARIN, Juliana Fabbion Marin; YOUSSEF, Laís Menegon; CHAVES, Vanilda Souza. **Candidatas em jogo: um estudo sobre os impactos das regras eleitorais na inserção de mulheres na política**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2020.

TABARES, Camila de Vasconcelos; CONCEIÇÃO, Bruno da Silva; MARQUES, Rodolfo Silva. **Mulheres, raça e partidos no Brasil: análise da sub-representação das candidaturas identitárias nas eleições 2018**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 57-77, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p57. Acesso em: 15 jul de 2025.